

# Aliança e aliados

LORNEJO BRAZIL JENSE

135

As controvérsias relativas ao funcionamento do Congresso Nacional ganharam, de um momento para outro, níveis emocionais com desdobramentos imprevisíveis na hipótese de uma exacerbão do tema levar os debates a um clima irreconciliável.

O Legislativo, como um dos três Poderes constituídos, e a Imprensa, reconhecida e proclamada como o IV Poder, cada qual nas amplas esferas dos respectivos campo de atuação, se solidarizaram, de forma inequívoca, para reverter o quadro institucional do país, levando a Nação para os amplos espaços da democracia, recuperando e fortalecendo o poder civil, apoiando e sustentando um vigoroso discurso político.

Condôminos indissolúveis da opinião pública cada qual a seu modo se dedica à ressonância dos grandes problemas nacionais, questionando uma pauta sem limites onde estão marcadas as angústias populares e as urgências do País, projetando-se nos desafios sociais, políticos e econômicos que fazem turbulentos aos tempos atuais.

Caminhando no mesmo sentido realizam uma destinação impostergável que não pode ser adiada ou transferida por ser inerente às respectivas essências, numa missão que não admite solução de continuidade no seu cumprimento.

Ainda são de ontem os descompasseis autoritários que refletiram sobre o Parlamento e a imprensa os respingos da intolerância antecipando uma cirurgia castrante, alcançando na sua integridade

tanto as casas legislativas quanto os órgãos de comunicação. A drástica redução das prerrogativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal buscou conter e minimizar a participação do Congresso Nacional na vida pública do País, cedendo lugar ao Executivo hipertrofiado e avassalador nos ofícios superiores do exercício dos poderes da República.

Não foi sem outra razão que as mesmas blandícias e as mesmas restrições alcançaram a imprensa, impondo-lhe uma censura feroz para impedir não apenas o curso normal das notícias, mas, sobretudo, esmagando o poder da crítica e condenando a opinião pública à mudez, à cegueira e à surdez.

Totalmente desarmados o Legislativo e a Imprensa sofreram sob o peso das amarras do arbitrio o contingenciamento das respectivas capacidades de resposta, condenadas a um inverno institucional que somente com a Nova República permitiu que o País caminhasse para os equinócios da liberdade de criticar, de acreditar e de agir.

Os equívocos e excessos, os ataques e as defesas, os erros e acertos são contingências daqueles que atuam universalmente agindo e reagindo em múltiplas frentes, expondo-se, permanentemente, a rotas de colisão com interesses maiores ou menores. Sujeitam-se, por isso mesmo, a eventuais reparos e incompreensões. Ora com ampliação dos erros, ora com impropriedades nas exaltações. Tanto para o bem quanto para o mal.

Os recentes episódios que excitaram a crítica da imprensa, mais cedo ou mais tarde, serão corrigidos naqueles aspectos que os fazem distorcidos. Nesse sentido as Mesas da Câmara e do Senado estão agindo à busca das formas convenientes de ajustar o processo parlamentar aos padrões de correção e lisura que, todos reconhecem, podem ser alcançados sem maiores tardanças.

O Congresso Nacional é um dos poderes da República. A imprensa, pela abrangência de sua obra e pela profundidade de sua intervenção nos destinos da sociedade a que pertence, encarna a informação, o esclarecimento. Não podem, desta forma, se situar em posições confrontantes, mas, sim, em posturas concordantes, agindo com independência e altivez, sem subalternidades e sem subterfúgios.

Trincheiras de vanguarda dos regimes livres não podem eleger um ao outro como adversários, expondo-se a conflitos que pelos valores que alcançam somente servem aos intolerantes e aos inimigos das liberdades públicas.

E tempo, pois, de um armistício sob protocolo de honra para encontrar os pontos de aproximação que fazem íntimos e reciprocos os objetivos que o legislativo e a imprensa sempre têm buscado, elegendo o bem-comum como meta permanentemente perseguida.

Na afinidade que os aproxima deve ser fortalecida a unidade indeclinável que permite ao Parlamento e à imprensa cumprir, com dignidade, os deveres e obrigações para com o Brasil.